

Estilingue e vidraça

Não poderia haver nada mais emblemático a respeito das contradições da atividade política que o dilema hoje enfrentado pela secretária de Saúde do Distrito Federal, a deputada distrital Maria José Maninha, do PT. Ela vive, como governo, a circunstância de administrar uma demanda de sua própria autoria, quando na oposição.

Em 1986, como presidente do Sindicato dos Médicos e militante do PT, entrou na Justiça contra o GDF cobrando ação indenizatória multimilionária. Essa ação está hoje em quase R\$ 300 milhões. O mundo dá voltas e, por ironia do destino, é a própria Maninha que hoje está na incômoda circunstância de pagar a conta que ela mesma encaminhou.

O detalhe é que não há dinheiro suficiente para isso. Aliás, nunca houve, e Maninha sempre soube disso. A soma é absurda. Na época, porém, o seu papel era de estilingue; hoje, é de vidraça. Naquela ocasião, ainda que o GDF empenhasse

toda a receita de sua arrecadação de impostos, não seria suficiente para pagar a indenização supostamente devida. Hoje, o quadro não é muito diferente. É até pior, na medida em que a dívida cresceu — e muito.

O então secretário de Saúde do DF, o ex-ministro e ex-deputado Carlos Sant'Anna, disse isso a Maninha, naquela oportunidade. Ela, no entanto, no papel de líder sindical, não lhe deu a menor atenção. Que lhe importavam detalhes como números, receita, despesa, orçamento etc? O GDF recorreu o quanto pôde, mas agora já não há mais instância de recursos. Tem que pagar — e não há dinheiro.

A ação é movida por 450 médicos e dentistas. Cada qual, neste momento, se julga credor de nada menos que R\$ 637 mil dos cofres do GDF. Um truque contábil evidente, pois tal quantia representa quase a soma integral dos salários de toda a carreira de um médico no serviço público. Para a então líder sindical, claro, isso era problema menor — e, o mais im-

portante, não era problema dela. Interessava-lhe atender a categoria e credenciar-se a seu apoio político. Conseguiu. Tanto que foi eleita deputada distrital e hoje é secretária de Saúde do DF. E é aí que está tendo a oportunidade de ver o outro lado da questão.

Anteontem, um oficial de Justiça, acompanhado do advogado do Sindicato dos Médicos do DF, cumprindo mandado da Justiça do Trabalho, foi tratar do seqüestro dos bens da Fundação Hospitalar. Como não há dinheiro para pagar a ação, os futuros repasses da União (que é quem sustenta a saúde pública em Brasília) irão para os cofres do Sindicato, o que deverá representar um colapso para a rede pública de saúde da capital do país. Detalhes, claro.

Ah, sim: a secretária, hoje, considera a dívida absurda e impagável, uma injustiça com a comunidade, sobretudo os mais pobres, que dependem da rede hospitalar pública, cuja receita irá para o bolso daqueles médicos. Etc. etc.